

Presidente

Secretário

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2011, NO SALÃO NOBRE DO
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

PRESENÇAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores vereadores António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho, e Margarida José César Osório Silva Duarte.

AUSÊNCIAS

Não se registou qualquer ausência.

SECRETARIOU

Assistente Técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Joaquim dos Santos Mateus.

ABERTURA (COD 02)

O senhor **Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião às 9 horas e 40 minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

CÂMARA MUNICIPAL (COD 14)

O senhor **Presidente da Câmara** informou o executivo que reuniu com o senhor Secretário de Estado da Obras Públicas, reunião de carácter informativo e genérico, onde foi abordado o tema do pagamento das SCUT'S na nossa região.

Presidente

Secretário

Nessa reunião, o senhor Secretário de Estado disse que o pagamento das SCUT'S resultou de um acordo com o Partido Social Democrático, já que o Partido Socialista não previa o pagamento das SCUT'S.

O senhor Presidente da Câmara afirmou que, por princípio, é favorável ao princípio do utilizador pagador, mas não concorda, de maneira nenhuma, que as crianças, e a generalidade das pessoas da Freguesia de Valdigem, por exemplo, tenham que pagar as SCUT'S, para virem para a escola ou hospital. Se isto acontecer a Câmara irá certamente tomar medidas drásticas para evitar esta situação.

Informou, ainda, que propôs ao Senhor Secretário de Estado que o pórtico previsto entre o nó de Lamego e nó de Valdigem fosse transferido para o troço seguinte, entre o nó de Valdigem e o nó de Peso da Régua, por se tratar de um imperativo de justiça.

O senhor **vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro** afirmou sobre este assunto, que não concorda com o pagamento das SCUT'S na nossa região, medida tomada pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata, pois devia haver a tal solidariedade para com as gentes do interior que, infelizmente, se não verificou. Por isso, e nesta questão específica das propostas apresentadas ao senhor Secretário de Estado, concorda com a posição assumida pelo senhor Presidente da Câmara, quando diz que devia haver isenção em alguns troços, nomeadamente os que nos servem na A24 e, em todo o caso, na transferência do pórtico de cobrança para o nó do Peso da Régua.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO (COD 01)

Seguidamente o senhor **Presidente da Câmara** informou que na próxima sexta-feira iria haver uma reunião da Assembleia Geral da Empresa das Aguas de Trás-os-Montes, reunião em que não estará presente.

Informou ainda, que, brevemente, traria à reunião de Câmara uma proposta de alienação das acções que o Município de Lamego detém naquela empresa, apesar de o governo ter apresentado uma proposta de harmonização das tarifas de água.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: ACTA DA REUNIÃO DE 09.03.2011 (COD 03)

Presidente

Secretário

Presente para deliberação a acta da reunião de Câmara do dia 09 de Março de 2011, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

02-ASSUNTO: REGULARIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO FORNECIMENTO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉCTRICA (COD 01)

CONSUMIDOR: APITIL – ASSOCIAÇÃO PELA INFÂNCIA E TERCEIRA IDADE DE LAMEGO

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 130/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, na sequência da reunião do executivo camarário realizada no dia 11/01/2011, em que deliberou, por unanimidade, conceder 30 dias à APITIL – Associação Pela Infância e Terceira Idade de Lamego, para proceder à requisição do fornecimento de água e electricidade para os espaços ocupados por esta entidade no Bairro de Alvorações, sob pena de serem desactivados os respectivos contadores, propondo que o executivo delibere sobre o pedido de alargamento do prazo solicitado pela APITIL, dado que esta invoca dificuldades de carácter financeiro e outras, bem como uma crescente intervenção desta instituição na área social, acrescentando, ainda, que o Município de Lamego, desde a existência desta Instituição, nunca lhe concedeu qualquer subsídio, como o faz com outras instituições.

Deliberado: O executivo, deliberou, por unanimidade, manter a posição assumida na reunião realizada no passado dia 11.01.2011, dado que os fundamentos invocados pela APITIL, relativamente à alusão feita a outros subsídios concedidos a outras entidades, não são verdadeiros.

03-ASSUNTO: RECLAMÇÃO SOBRE CONSUMO ELEVADO DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: FERNANDO DOS SANTOS

Presente á reunião proposta de deliberação n.º 131/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 193/DMSU, de 04 de Março de 2011, se proceda à rectificação dos consumos de água do mês de Janeiro, nos seguintes termos:

Presidente

Secretário

Anulação da factura n.º 9940/11, de Janeiro, e emissão de guia de receita de valor equivalente à estimativa de consumo apurado nos termos da alínea a) n.º1 do artigo 68.º do RDADAR.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

04-ASSUNTO: PEDIDO DE CORRECÇÃO DE FACTURA DA ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: FIRMA LUBRIDOURO, LDA.

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 132/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 207/DMSU, de 10 de Março de 2011, seja autorizado a rectificação das facturas n.º 122360/10 de Novembro, no valor de 799,96 €, equivalente a 204 m3, n.º 135567/10, Dezembro, no valor de 688,81 €, equivalente a 180m3 e n.º 1743/11, Janeiro/11, no valor de 568,39 €, equivalente a 154m3, nos termos do n.º 5 do artigo 35º do RDADAR , tendo por base a tarifa de fugas prevista no preçário anexo ao Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças).

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

05-ASSUNTO: DENÚNCIA DE CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS (COD 01)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 133/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbano, segundo a qual, e face à informação n.º 191/DMSU, de 03 de Março de 2011, propõe que se proceda à denúncia dos respectivos contratos de água, nos termos do nº 7 do artigo 56º do RDADAR.

INSTALAÇÃO	TITULAR DO CONTRATO
1052	MARIA ANGÉLICA JESUS BENTO
10617	VALENTIM DA RUA GONÇALVES

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Presidente

Secretário

06-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 366/2010 – RUIDO DE VIZINHANÇA (COD 01)**INFRACTORA: ANA SOFIA XAVIER FERREIRA ALVES**

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 142/01/11 do senhor Vereador do Pelouro do Urbanismo, segundo a qual, face ao teor da informação n.º 100/DAC/2011, de 01 de Março de 2011, conclui pelo arquivamento do processo de contra-ordenação n.º 366/2010, instaurado à arguida Ana Sofia Xavier Ferreira Alves, nos termos e com os fundamentos explanados na citada informação.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

07-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 151/2009 – A QUE FOI APENSADO O PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 160/2009 (COD 01)**ARGUIDA: ISABEL MARIA PINTO MARQUES SILVA**

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 143/01/11 do senhor Vereador do Pelouro do Urbanismo, segundo a qual, propõe, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54.º, do Decreto-Lei n.º 438/82, de 27 de Outubro, o arquivamento dos processos de contra-ordenação n.º 151/2009 e 160/2009, instaurados a Isabel Maria Pinto Marques Silva, atento ao disposto nos artigos 127.º e 128.º, n.º 1, ambos do Código Penal, aplicáveis ex vi artigo 32.º e 90.º, n.º 1, do Regime Geral das Contra-Ordenações e Coimas, devidamente adaptados ao processo contra-ordenacional, notificando a mãe da arguida, Patrocínia de Jesus Pinto Marques, dessa decisão.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

08-ASSUNTO: CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR (COD 20)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 144/20/11 da senhora Vereadora da Educação, Acção Social e Cultural para que, a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 9º do Regulamento Municipal para a Concessão de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, ratificar a lista final dos candidatos admitidos, assim como os valores das bolsas de estudo a

Presidente

Secretário

atribuir, de acordo com a acta número oito do Júri para a concessão de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior.

Candidatos admitidos e valor das bolsas de estudo a atribuir:

CANDIDATOS	VALOR MENSAL	TOTAL
Ana Patrícia Alves da Costa Pinto	50,00€	500,00€
Augusta Cristina Alves da Costa Pinto	50,00€	500,00€
Bebiana Isabel Borges Teixeira	37,50€	375,00€
Carlos Jorge Mondim Tomaz	50,00€	500,00€
Fábio Filipe Pedro da Costa	50,00€	500,00€
Joana Maria Cardoso Teixeira	50,00€	500,00€
Maria João Pinheiro da Cunha	37,50€	375,00€
Marisa Marlene Gonzaga de Azeredo Almeida	100,00€	1000,00€
Rute Isabel da Silva Pinto	50,00€	500,00€
Sara Cristina Ribeiro Grincho Pinela	37,50€	375,00€
Sónia Vanessa Figueiredo Paiva Dias da Costa	50,00€	500,00€
Telma Sofia Pinheiro Ribeiro	50,00€	500,00€
Total	612,50€	6125,00€

Deliberado: O executivo aprovou, por unanimidade, as bolsas atribuídas.

Mais aprovou, por unanimidade, atribuir a título excepcional, mais uma bolsa, ao abrigo do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento Municipal para a Concessão de Bolsas ao aluno António Manuel Rebelo Almeida, no valor total de 500€ (quinhentos euros) e dar conhecimento desta decisão à Assembleia Municipal.

09-ASSUNTO: PARTICIPAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DE MESA DAS ASSEMBLEIAS DE VOTO – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA/2011 **(COD 22)**

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, deu conhecimento à Exma. Câmara Municipal do teor do ofício n.º 00226310, datado de 10.03.2011, emanado da Comissão Nacional de Eleições, contendo um mapa de participações sobre o

Presidente

Secretário

processo de designação dos membros de mesa das assembleias de voto na eleição para o Presidente da República de 23 de Janeiro de 2011.

O senhor Presidente da Câmara realçou, que no referido mapa de participações, a Comissão Nacional de Eleições não refere qualquer reclamação ou anomalia sobre o acto eleitoral referido, no Concelho de Lamego, concluindo que os procedimentos envolvidos no processo eleitoral demonstram com toda a justeza e correcção, isenção e imparcialidade.

Deliberado: A Câmara Municipal tomou conhecimento.

O senhor Vereador **Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro** afirmou que quando se pronunciou oportunamente sobre esta matéria não se referiu a qualquer questão de legalidade, em estrito senso, mas sim em termos de isenção e imparcialidade na designação dos membros das mesas de voto. Sempre foi norma que se respeitassem as designações dos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e desta vez isso não aconteceu, mas só para as propostas dos senhores Presidentes das Juntas que não concorreram pela Coligação. Isto demonstra bem a parcialidade e o sectarismo de quem designou, tratando de forma diferente em matérias iguais, com a agravante de ser o senhor Presidente da Câmara o mandatário concelhio da candidatura do candidato Prof. Cavaco Silva. Como a lei muito bem expressa, esta responsabilidade exigiria uma actuação absolutamente isenta e imparcial, o que de facto não ocorreu e nem o argumento de ter sido o senhor Vice-Presidente da Câmara a tratar deste assunto pode colher qualquer aceitação, porquanto este não é mais do que um solidário político que age em consonância com aquele, por força da coligação político-partidária onde ambos se inserem.

10-ASSUNTO: FORNECIMENTO DE ENERGIA ELECTRICA PARA AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SAMODÃES (COD 37)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 134/37/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos, a qual refere que, em reunião de Câmara realizada no dia 11.01.2011, o executivo deliberou, por unanimidade, cortar o fornecimento de energia eléctrica às obras da Junta de Freguesia de Samodães, uma vez que as mesmas não tinham conhecido evolução.

Presidente

Secretário

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Samodães, vem agora reiterar, novamente, o pedido, para que o quadro eléctrico existente nas obras da Sede de Junta e Centro de Dia se mantenha por mais 360 dias, com o argumento de que as referidas obras nunca pararam e continuam em curso, pelo que propõe à Exma. Câmara que aprecie e delibere sobre a presente petição.

Deliberado: O executivo deliberou, por unanimidade, mandar proceder uma vistoria urgente pelos serviços técnicos.

11-ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO - ALVARÁ N.º 19/95 (COD 39)

REQUERENTE: JOAQUIM DA SILVA NEVES

LOCAL: QUINTA DE S. GENS - ALMACAVE

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 135/39/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal segundo a qual, face ao teor da informação n.º 682/DUDE, de 09 de Fevereiro de 2001, e com o parecer do chefe da DUDE de 18.02.2001 foram concedidas ao requerente várias prorrogações de prazo para a apresentação das telas finais, não tendo até à presente data apresentado a solicitada, nem executado os trabalhos, sob pena de ser declarada a caducidade do alvará de loteamento n.º 19/95, a qual deverá ser precedida de audiência prévia do interessado, nos termos do n.º 5 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro.

Propõe, ainda que a Câmara delibere, proceder à execução das obras em falta, accionando a caução, nos termos do artigo 84.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro.

Deliberado: O executivo aprovou, por unanimidade, proceder à audiência prévia do interessado, conforme proposta.

Mais foi deliberado, mandar verificar quais as obras em falta, fazer uma estima do seu valor, com vista a poder ser accionada a respectiva caução.

12-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR (COD 42)

REQUERENTE: BERNARDO NUNES RODRIGUES

LOCAL: LUGAR DO CARRIL - AVÕES

Presidente

Secretário

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 136/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, segundo a qual o requerente solicita o pagamento das taxas devidas pela emissão do alvará de obras no valor de 1.830,14€, em quatro mensalidades iguais, no valor de 457,54€, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º, do Regulamento Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego, pelo que propõe à Câmara, nos termos do n.º 2 do referido artigo, que aprove a pretensão formulada pelo requerente.

Deliberado: O executivo aprovou, por unanimidade, autorizar o pagamento em quatro mensalidades iguais, no valor de 457, 54 euros.

13-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO (COD 42)

REQUERENTE: JERÓNIMO FERNANDO NASCIMENTO

LOCAL: LUGAR DE S. GENS – ALMACAVE

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 137/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, segundo a qual, face ao teor da informação n.º 944/DUDE, de 01 de Março de 2011, e dado que a requerente não solicitou a emissão do Alvará de Licença de obras no prazo de um ano após a notificação, conclui que o acto de licenciamento caducou nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, 16 de Dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com audiência prévia do interessado, pelo que propõe que a Câmara delibere a audiência prévia nos termos do n.º 5 do citado artigo.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

14-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR (COD 42)

REQUERENTE: JOSE CARLOS GOMES SILVA

LOCAL: LUGAR DAS VARZEAS - CAMBRES

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 138/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, segundo a qual, face ao teor da informação n.º 600/DUDE, de 04 de Fevereiro de 2011, e dado que a requerente não solicitou a emissão do Alvará de Licença de obras no prazo de um ano após a notificação, conclui que o acto de licenciamento caducou nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, 16 de Dezembro, sendo a caducidade declarada pela

Presidente

Secretário

Câmara Municipal com audiência prévia do interessado, pelo que propõe que a Câmara Municipal delibere a audiência prévia nos termos do n.º 5 do citado artigo.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

15-ASSUNTO: OBRAS DE ACABAMENTOS COM LEGALIZAÇÃO DE 4.º ANDAR
(COD 42)

REQUERENTE: JOSE LUIS NEVES DE ALMEIDA E OUTROS

LOCAL: URB. DE FAFEL, LUGARES DE COLUMELA E COURA - SÉ

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 139/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que, a Câmara delibere ordenar a cessação da utilização, por parte dos proprietários e ocupantes das fracções autónomas do edifício, no prazo de 30 dias, nos termos do n.º 1 do artigo 109.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, informando-os que, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, caso não cessem essa utilização indevida, no prazo fixado para o efeito, poderá a Câmara Municipal deliberar o seu despejo administrativo, e que o não cumprimento tempestivo dessa ordem, nos termos do n.º 1 do artigo 100.º do referido diploma legal, os fará incorrer na prática do crime de desobediência, previsto e punido no artigo 348.º do Código penal, com a competente participação aos Serviços do Ministério Público de Lamego.

Os proprietários e ocupantes das fracções do edifício em causa estão identificados na informação n.º 4853, de 28.10.2010, da fiscalização.

Deliberado: A Câmara aprovou, por unanimidade, ordenar a cessação, por parte dos proprietários e ocupantes das fracções autónomas, notificando-os para uma reunião.

Ausente o senhor vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro por ser familiar de um dos requerentes.

16-ASSUNTO: AMPLIAÇÃO E REMODELAÇÃO DO HOTEL PARQUE N.ª SRª DOS REMÉDIOS (COD 42)

REQUERENTE: REAL IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS

LOCAL: HOTEL PARQUE – MATA N.ª SRA.ª DOS REMEDIOS - SÉ

Presidente

Secretário

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 140/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal segundo a qual, face ao teor da informação n.º 600/DUDE, de 04 de Fevereiro de 2011, e dado que a requerente não solicitou a emissão do Alvará de Licença de obras no prazo de um ano após a notificação, conclui que o acto de licenciamento caducou nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, 16 de Dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com audiência prévia do interessado, pelo que propõe que a Câmara delibere a audiência prévia nos termos do n.º 5 do citado artigo.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

17-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO PARA PISCINA COBERTA E GINÁSIO (COD 42)

REQUERENTE: JOAQUIM MANUEL BRANDÃO DOS SANTOS

LOCAL: ORTIGOSA – SR.º DOS PERSEGUIDOS – VILA HOSTILINA - ALMACAVE

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 141/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, segundo a qual, face ao teor da informação n.º 800/DUDE, de 18 de Fevereiro de 2011, bem como do parecer do Chefe da DUDE, de 25/02/2011, considerando que o requerente foi notificado nos termos do artigo 101.º, do C.P.A., do projecto de decisão de declaração de caducidade do acto de licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, e dado que nessa altura não solicitou a emissão do alvará de licença de obras no prazo de um ano apesar de ter comunicado que não ia avançar com o projecto de construção, por razões de carácter financeiro, pelo que, propõe que a Câmara delibere declarar, a título de decisão final, a caducidade do acto de licenciamento com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento ao requerente e aos serviços de fiscalização.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18

Presidente

Secretário

de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

18-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE UM PASSEIO TT – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO **(COD 26)**

REQUERENTE: GRUPO DESPORTIVO E CULTURAL DE LALIM

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 145/20/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, no uso da competência que lhe confere o artigo 8.º do Decreto - Regulamentar n.º 2ª/2005, de 24 de Março, ratifique o seu despacho datado de 17.03.2011, no qual autorizou a realização de um passeio TT, no dia 20 de Março de 2011, nas freguesias de Lalim e Lazarim

Deliberado: Ratificada por unanimidade.

19-ASSUNTO: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA DEITAR ATERRO **(COD 42)**

REQUERENTE: JUNTA DE FREGUESIA DE PARADA DO BISPO

LOCAL: LUGAR DO FUNDO DO POVO – PARADA DO BISPO

Presente a proposta de deliberação n.º 146/42/1, proveniente do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, segundo a qual, face à informação n.º 1151/DUDE de 16.03.2011, e nos termos do n.º do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, dado que se trata de uma obra de uma autarquia local, a mesma seja isenta do controlo prévio, mas fique sujeita a parecer prévio não vinculativo da Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do citado artigo. De acordo com o parecer do Chefe da DUDE, de 17.03.2011, a obra consiste na alteração da topografia do terreno com execução de um aterro em zona inserida em área de ocupação condicionada nos termos do Regulamento do PDM, não existindo qualquer inconveniente, pelo que, se propõe que a Câmara emita parecer favorável.

Deliberado: O executivo aprovou, por unanimidade, emitir parecer favorável.

20-ASSUNTO: RECTIFICAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DAS REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO DE 2010.07.29 E 2011.01.25, REFERENTES AO PROPRIETÁRIO, E DA DESCRIÇÃO PREDIAL DA PARCELA 27, DA EMPREITADA DA ESTRADA DE LIGAÇÃO DO CM 1168, DE VÂRZEA DA SERRA AO NÓ DA A24 EM BIGORNE **(COD 47)**

Presidente

Secretário

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 147/47/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara, na qual conclui que, por motivo de alteração do titular e da descrição predial do prédio rústico donde será desanexada a parcela de terreno com 2098 m2, identificada como parcela de terreno n.º 17, necessária para a construção da Estrada de Ligação do CM 1168, de Várzea da Serra ao Nó da A24 em Bigorne, aprovada nas reuniões da Câmara Municipal de Lamego de 2010/06/29 e 2011.01.25, há necessidade de rectificar a descrição da referida parcela de terreno, que passa a ter a seguinte redacção:

“ Parcela de terreno n.º 17, com a área de 2098 m2, a desanexar do prédio rústico, inscrito na matriz predial cadastral, da freguesia de Bigorne, Secção F, sob o artigo 759.º (tendo origem no artigo 442, Secção F, da mesma freguesia, com a área de 4892m2), descrita na Conservatória do Registo Predial de Lamego sob o n.º 814/20110309, inscrito na matriz em nome de Isaura Pereira Cardoso Dias, residente na Rua de Santo António – Casal Gaio – Rés-do-chão, 2400 – 000 Leiria e descrita na Conservatória do Registo predial de Lamego, em nome de José Dias e Maria Duarte, ambos falecidos e residentes que foram no Lugar de Rababelide, freguesia de Bigorne, com o valor de 1.763,00€’ propondo à Exma. Câmara a aprovação da rectificação da proposta

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a rectificação da referida parcela

21-ASSUNTO:PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO/RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (**COD 51**)

REQUERENTE: ALCINO FILIPE COUTINHO XAVIER CARVALHO – BAR TREBARUNA

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 148/51/11 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, para que, no seguimento do pedido do senhor Alcino Filipe Coutinho Xavier Carvalho, gerente do bar TreBaRuna, seja ratificado o seu despacho, datado de 11.03.2011, e que autorizou o prolongamento de funcionamento de horário, das 02H00 da manhã para as 04H00, nos dias 8, 13, 19, 20, 26 e 27 de Março, nos termos estabelecidos no artigo 3º do Regulamento dos Horários de Funcionamento

Presidente

Secretário

dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respectivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do nº 1 do artigo 3º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: Ratificada por unanimidade

22-ASSUNTO: PEDIDO DE INTERESSE CONCELHIO PARA CONSTRUÇÃO DE INDÚSTRIA MECÂNICA GERAL (**COD 42**)

REQUERENTE: GENERO INEDITO CONSTRUÇÕES, LDA

LOCAL: LUGAR DA COSTA – ROSSAS - FERREIRIM

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 137/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal segundo a qual, face ao teor da informação n.º 1158/DUDE, de 16 de Março de 2011, e nos termos do n.º 5 do artigo 38.º, do Regulamento do PDM, propõe que seja deliberado o interesse concelhio da pretensão referida em epígrafe, a fim de ser permitida a sua construção, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 38 do referido Regulamento.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, o interesse concelhio, atendendo à dimensão da empresa e número de postos de trabalho a criar.

23-ASSUNTO: IMÓVEL EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO (**COD 42**)

REQUERENTE: HELENA ANDRADE

LOCAL: RUA DO CASTELO, 19 - ALMACAVE

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 150/42/11 do senhor Vereador do Pelouro do Urbanismo, segundo a qual propõe à Exma. Câmara Municipal que, nos termos do disposto no n.º 2 do art. 89.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, determine a notificação de Helena Andrade e Henrique Gonçalves Cruz, na qualidade de proprietários do imóvel em causa, para que, no prazo de 30 dias úteis contados a partir do primeiro dia útil seguinte

Presidente

Secretário

ao da notificação, promovam o escoramento da parede estrutural posterior do imóvel, tal como proposto no parecer do IPPAR.

Mais propõe que tais notificações sejam pessoais – mediante a entrega de mandados, pelos serviços de fiscalização municipal – constando dos mesmos expressa cominação de que, o seu não cumprimento tempestivo, os fará incorrer na prática do crime de desobediência simples, previsto e punido na alínea b), do n.º 1, do art. 348.º do Código Penal.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

24-ASSUNTO: MINUTA DO CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAMEGO E A BEIRA DOURO – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO DOURO **(COD 08)**

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 151/47/11 do senhor Presidente da Câmara que informa sobre os condicionalismos que servirão de base à minuta do contrato de comodato a celebrar entre o Município de Lamego e a Beira Douro – Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro, relativamente ao imóvel, sito no Largo da Vitória, freguesia da Sé, concelho de Lamego, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 2278, da mesma freguesia, e omissa na Conservatória do Registo Predial de Lamego, para instalação de um espaço hub de informação turística sobre alguns produtos turísticos do Douro Sul, tais como rotas turísticas, quintas do douro, entre outras, propondo a sua aprovação.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

25-ASSUNTO: AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA DO 1.º CEB N.º 2 DE LAMEGO – CENTRO ESCOLAR – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO **(COD 08)**

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 151/47/11 do senhor Presidente da Câmara para que seja ratificado o seu despacho, datado de 4 de Janeiro de 2011, no qual foram aceites alguns erros e omissões referidos nas listas apresentadas pelos concorrentes, ao abrigo do artigo 61.º do CCP, tendo, por esse facto, prorrogado o prazo para entrega das propostas na plataforma electrónica de compras públicas, no âmbito do concurso mencionado em epígrafe.

Presidente

Secretário

Foi ainda determinado informar todos os interessados, através de aviso a criar na plataforma electrónica de compras públicas utilizado pelo Município, bem como publicitá-lo no Diário da República, para que se cumpra o disposto no n.º 4 do Artigo 64.º do CCP.

Assim, nos termos do n.º 3 do artigo 68.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe à Câmara a ratificação do despacho supracitado

Deliberado: Ratificada por unanimidade.

26-ASSUNTO: EMPREITADA PARA REQUALIFICAÇÃO DO CAIS DE BAGAÚSTE E ADAPTAÇÃO PARA DESPORTOS NÃO MOTORIZADOS (COD 41)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 153/47/11 do senhor Presidente da Câmara, segunda a qual, face ao teor do pedido de prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas no concurso público para formação do contrato de empreitada da obra pública de Requalificação do Cais de Bagaúste e sua adaptação para desportos não motorizados, apresentado pela empresa Alexandre Barbosa Borges, S.A., na qualidade de interessado, conforme informação n.º 76/DOM, de 17.03.2011, emanada do júri do procedimento, e atento à fundamentação para o pedido por parte do interessado, propõe à Câmara Municipal com os seguintes fundamentos:

- O prazo de prorrogação solicitado, de três semanas – 21 dias, é desproporcionado face ao prazo que foi estabelecido para a apresentação das propostas pelos interessados, no concurso público para formação do contrato de empreitada de obra pública referida e que é de 45 dias;
- Os concorrentes já gozam do direito ao período de prorrogação do prazo para a apresentação das propostas, em resultado da necessidade da tomada de decisão do órgão competente para a decisão de contratar, veirifica erros e omissões do caderno de encargos, que foram entretanto apresentados por alguns dos interessados no decurso do concurso público para formação do contrato de empreitada da obra pública referida.

Deliberado: A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com os fundamentos e indeferir o pedido de prorrogação do prazo apresentado pela firma Alexandre Barbosa Borges, S.A..

Presidente

Secretário

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 84º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Inscreveu-se o seguinte munícipe:

1 – Dimas da Piedade Francisco.

Interveio o senhor **Dimas da Piedade Francisco** para fazer um comentário à presença do senhor Presidente da Câmara, no programa da RTP 1 “Prós e Contras”, deu-lhe os parabéns, disse que é bom para Lamego, ter um Presidente neste tipo de programas, Lamego sai promovido.

Referiu ainda, que no Lugar de Maças, ainda não existe água e saneamento.

O senhor **Presidente da Câmara**, informou o senhor Dimas da Piedade Francisco, que o senhor vereador Manuel José do Carmo Coutinho iria verificar o que se passa.

27-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovados, por unanimidade, em minuta, para efeitos de cumprimento imediato.

28-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às 11 horas e 30 minutos, da qual foi lavrada esta acta que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Joaquim dos Santos Mateus.

O Presidente,

O Secretário,